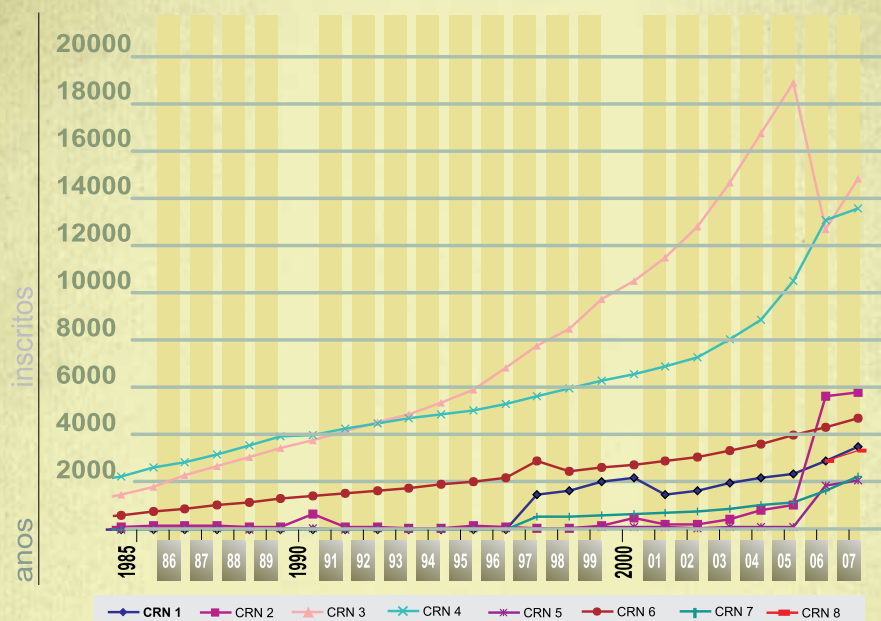


Série histórica do número de inscrições de nutricionistas nos CRN - 1985-2007

Gráfico 2



Fonte: Sistema CFN/CRN

Os CRN-3 (SP, MS) e CRN-4 (RJ, ES, MG) são os que mais cresceram, impulsionados pelo aumento de IES, que representam metade destas instituições no país. Nas suas áreas de jurisdição, são também encontrados os maiores mercados de trabalho e os que mais crescem no Brasil. Os demais CRN têm crescimento de acordo com a expectativa.



A história do nutricionista no Brasil

Em 24 de outubro de 1939, foi criado o primeiro curso de Nutrição do Brasil, na Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, com duração de um ano, ministrado em tempo integral, dividido em quatro períodos. Em 1966, o período para a conclusão passou para três anos. Em 1972, o Ministério da Educação estabeleceu que tais cursos teriam a duração de quatro anos, divididos em oito semestres.

A Lei nº 5.276, de 24 de abril de 1967, regulamentou a profissão do nutricionista. Em 20 de outubro de 1978, foi sancionada a Lei nº 6.583, que criou os Conselhos Federal e Regionais de Nutricionistas com a finalidade de orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício profissional. A instalação dos Regionais foi feita a partir de 1980.

A criação do primeiro Programa Nacional de Alimentação e Nutrição, em 1972, impulsionou a criação dos cursos de Nutrição e o mercado de trabalho para os nutricionistas.

Conseqüentemente, a profissão se expandiu dos hospitais e Serviços de Alimentação da Previdência Social (SAPS) para efetivamente assumir as escolas, os restaurantes de trabalhadores, docência, indústria, marketing, nutrição em esportes, saúde suplementar, núcleos de assistência à saúde da família. Esta ampliação de áreas se mantém até hoje.

A formação e o desenvolvimento das habilidades profissionais devem ser alvo de constante luta das instituições que representam os interesses da sociedade, para assegurar uma saúde de qualidade e universal. Portanto, a carga horária mínima de 4 mil horas é requisito essencial para a formação do nutricionista, para que ele adquira os conhecimentos técnicos e científicos necessários ao desenvolvimento da assistência nutricional à população, expressos na resolução CNE/CES nº 5, de 2001, que instituiu as diretrizes curriculares nacionais do curso de graduação em Nutrição.

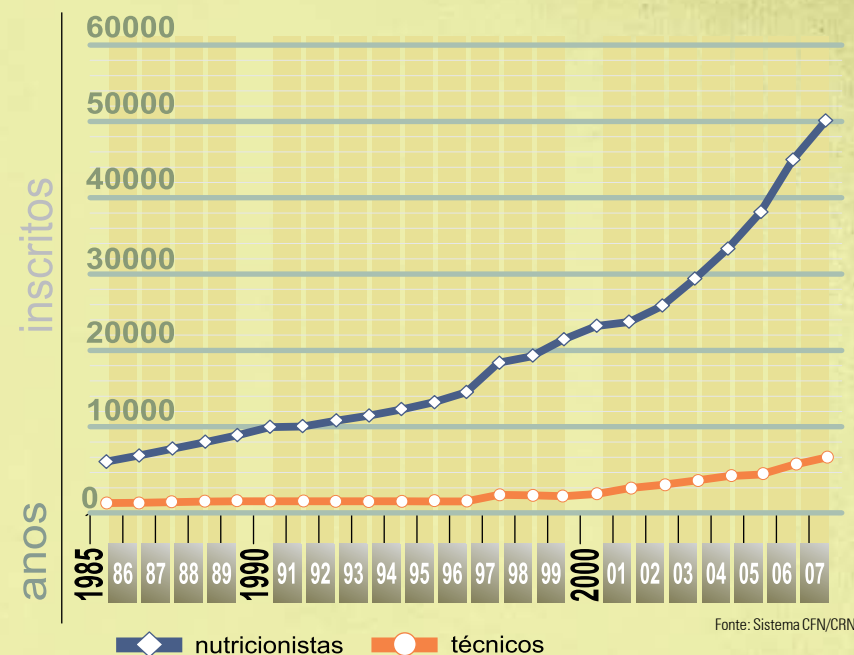
Hoje, corroborando com a evolução do pensamento social, o CFN tem por missão “contribuir para a saúde da população, assegurando assistência nutricional e alimentar por meio do exercício ético, por profissionais habilitados e capacitados, como direitos sociais e fundamentais de todos os cidadãos”.

Nutricionistas e Técnicos em Nutrição e Dietética no Brasil

A média de inscrições de nutricionistas no Sistema CFN/CRN, no período de 1996 a 2000, foi de 1.740 nutricionistas/ano. De 2000 a 2007, houve um incremento superior a 400%. Atualmente, as taxas médias de inscrições estão em uma curva exponencial de 11,7% ao ano (2000 a 2007). No período de 1985 a 1996, a média das inscrições dos Técnicos em Nutrição e Dietética (TND) permaneceu estável. No entanto, após a edição da resolução CFN nº 227, de 1999, que regulamentou as inscrições do TND no Sistema CFN/CRN, foi identificado um aumento de 160%. (Gráfico 1)

Série histórica das inscrições de nutricionistas e técnicos no Sistema CFN/CRN – 1985/2007

Gráfico 1



Antes de 1996, ano em que foi criada a Lei de Diretrizes e Bases, o número de Instituições de Ensino Superior (IES) no Brasil era de 44 escolas. De 1996 a 2007, essa quantidade passou para 267, expressando um aumento de 507%. Em abril de 2008, esse número era de 311 IES no Brasil. As vagas nos cursos de Nutrição, que antes de 1996 eram 3.856, hoje são 34.715 vagas, indicando um aumento da ordem de 800%. (Quadro 1)

Série histórica do número de IES e vagas para cursos de graduação em Nutrição 1940/2008

Quadro 1

	1940-1996	1996-2008	Total
Número de instituições de ensino superior	44	267	311
Número de vagas	3.856	34.715	38.481

Fonte: INEP/MEC